

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.767
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.921.966	3.046.725
1.01	Ativo Circulante	1.566.911	973.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.038	312.352
1.01.03	Contas a Receber	607.173	373.723
1.01.03.01	Clientes	607.173	373.723
1.01.04	Estoques	1.637	1.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.315	24.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.315	24.265
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	712.748	261.950
1.01.08.03	Outros	712.748	261.950
1.01.08.03.01	Derivativos	164.895	0
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro Setorial	416.328	115.674
1.01.08.03.20	Outros Créditos	131.525	146.276
1.02	Ativo Não Circulante	2.355.055	2.072.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.526.364	1.175.330
1.02.01.03	Contas a Receber	12.001	12.921
1.02.01.03.01	Clientes	12.001	12.921
1.02.01.06	Tributos Diferidos	54.616	128.378
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	54.616	128.378
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.459.747	1.034.031
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	19.392	20.006
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	202.273	192.913
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	783.554	589.299
1.02.01.09.06	Derivativos	271.983	77.947
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Setorial	176.568	150.030
1.02.01.09.20	Outros créditos	5.977	3.836
1.02.04	Intangível	828.691	897.443
1.02.04.01	Intangíveis	828.691	897.443
1.02.04.01.02	Intangíveis	828.691	897.443

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.921.966	3.046.725
2.01	Passivo Circulante	1.602.067	1.059.095
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.502	11.187
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.502	11.187
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	19.502	11.187
2.01.02	Fornecedores	432.967	464.529
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	432.967	464.529
2.01.03	Obrigações Fiscais	144.731	107.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.953	20.785
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	674
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	5.235	2.877
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	24.115	13.250
2.01.03.01.04	Outros	3.603	3.984
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	111.778	86.797
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	530.649	346.075
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	521.664	60.841
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.760	56.192
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	461.904	4.649
2.01.04.02	Debêntures	8.985	285.234
2.01.04.02.01	Debêntures	0	259.914
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	8.985	25.320
2.01.05	Outras Obrigações	474.218	129.722
2.01.05.02	Outros	474.218	129.722
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	160.444	0
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	202.048	7.015
2.01.05.02.06	Entidade de Previdência Privada	4.697	18.469
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	107.029	104.238
2.02	Passivo Não Circulante	1.805.213	1.507.944
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.558.404	1.218.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.214.293	874.608
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	319.284	233.284
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	895.009	641.324
2.02.01.02	Debêntures	344.111	343.970
2.02.02	Outras Obrigações	38.532	87.487
2.02.02.02	Outros	38.532	87.487
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	15.511
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	8.534	55.370
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	26.536	15.305
2.02.02.02.07	Derivativos	3.462	1.301
2.02.04	Provisões	208.277	201.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	208.277	201.879
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	133.817	121.370
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.477	25.425
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.841	44.746
2.02.04.01.20	Outros	3.142	10.338
2.03	Patrimônio Líquido	514.686	479.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.01	Capital Social Realizado	178.574	156.610
2.03.02	Reservas de Capital	111.255	117.708
2.03.04	Reservas de Lucros	162.918	241.945
2.03.04.01	Reserva Legal	6.220	6.220
2.03.04.02	Reserva Estatutária	156.698	87.207
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	148.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	66.694	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.755	-36.577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	838.533	2.807.103	630.142	1.989.082
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-704.257	-2.386.444	-568.568	-1.725.916
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-616.293	-2.103.498	-476.975	-1.452.921
3.02.02	Custo de Operação	-52.048	-150.408	-45.056	-135.182
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-35.916	-132.538	-46.537	-137.813
3.03	Resultado Bruto	134.276	420.659	61.574	263.166
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.341	-190.102	-53.094	-167.372
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.836	-86.140	-22.041	-72.394
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.609	-99.153	-28.826	-82.985
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	104	-4.809	-2.227	-11.993
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.935	230.557	8.480	95.794
3.06	Resultado Financeiro	28.708	1.534	-39.066	-70.819
3.06.01	Receitas Financeiras	117.314	208.929	17.014	77.276
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.606	-207.395	-56.080	-148.095
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.643	232.091	-30.586	24.975
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.459	-81.875	6.356	-16.719
3.08.01	Corrente	-2.886	-29.254	-12.729	-54.599
3.08.02	Diferido	-33.573	-52.621	19.085	37.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	64.184	150.216	-24.230	8.256
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	64.184	150.216	-24.230	8.256
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00116	0,00271	-0,00046	0,00015
3.99.01.02	PN	0,00127	0,00298	-0,00046	0,00016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	64.184	150.216	-24.230	8.256
4.02	Outros Resultados Abrangentes	31.822	31.822	0	0
4.02.01	Ganhos (Perdas) Atuariais	31.822	31.822	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	96.006	182.038	-24.230	8.256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-136.172	-95.356
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	379.284	233.036
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	232.090	24.975
6.01.01.02	Amortização	72.243	67.929
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	32.190	16.208
6.01.01.04	Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	-4.436	100.907
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Plano de Pensão	8.016	5.984
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	4.873	8.751
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	4.749	-11.893
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	29.559	20.175
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-515.456	-328.392
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-263.355	-36.842
6.01.02.02	Tributos a Compensar	2.103	26.253
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	4.442	-1.847
6.01.02.04	Contas a Receber - Aporte CDE/CCEE	34.658	-58.723
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-297.463	0
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-25.849	-4.085
6.01.02.09	Fornecedores	-31.562	-102.188
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-38.856	-56.504
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	32.746	7.890
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-20.409	-18.880
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-90.242	-74.519
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	195.033	3.324
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-39.039	-27.132
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	22.337	14.861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-85.553	-105.748
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-2.801	402
6.02.03	Adições de Intangível	-92.362	-112.349
6.02.04	Venda de ativo não circulante	9.610	6.199
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	123.411	79.428
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	649.809	391.015
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos, Debêntures e Derivativos	-525.524	-91.768
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-219.819
6.03.05	Operações de Mútuo com a Controladora	-874	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-98.314	-121.676
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.352	351.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.038	230.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.511	0	-148.518	-14.031	0	-147.038
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-148.518	0	0	-148.518
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	0	-14.031	0	-14.031
5.04.13	Capitalização do AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	0	0	0	0	15.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150.216	31.822	182.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.216	0	150.216
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.822	31.822
5.05.02.07	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	31.822	31.822
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	6.453	-6.453	69.491	-69.491	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	6.453	-6.453	0	0	0	0
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	69.491	-69.491	0	0
5.07	Saldos Finais	178.574	111.255	162.918	66.694	-4.755	514.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.900	124.418	174.514	0	-14.224	384.608
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	-90.735	-26.874	0	-67.609
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-90.735	0	0	-90.735
5.04.09	Dividendo Intermediário	0	0	0	-26.874	0	-26.874
5.04.13	Capitalização do AFAC - AGO/E 28/04/2014	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.256	0	8.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.256	0	8.256
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	6.710	-6.710	3.246	-3.246	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	6.710	-6.710	0	0	0	0
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	5.685	-5.685	0	0
5.06.09	Movimentação da Reserva de Retenção de Lucros para Investimento	0	0	-2.439	2.439	0	0
5.07	Saldos Finais	156.610	117.708	87.025	-21.864	-14.224	325.255

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	5.025.657	2.802.255
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.922.992	2.685.181
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	132.224	137.249
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.559	-20.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.617.479	-1.886.714
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.346.323	-1.629.320
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-271.156	-257.394
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.408.178	915.541
7.04	Retenções	-72.292	-67.928
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.292	-67.928
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.335.886	847.613
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	215.020	77.275
7.06.02	Receitas Financeiras	215.020	77.275
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.550.906	924.888
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.550.906	924.888
7.08.01	Pessoal	100.950	88.722
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.857	53.541
7.08.01.02	Benefícios	34.984	30.535
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.109	4.646
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.090.166	676.966
7.08.02.01	Federais	1.287.454	173.158
7.08.02.02	Estaduais	801.494	501.796
7.08.02.03	Municipais	1.218	2.012
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	209.574	150.944
7.08.03.01	Juros	206.606	148.640
7.08.03.02	Aluguéis	2.968	2.304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	150.216	8.256
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.030	0
7.08.04.02	Dividendos	0	24.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	136.186	-16.179

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Receita operacional	1.654.526	898.014	84,2%	5.055.216	2.822.430	79,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.270.834	746.943	70,1%	3.745.863	2.363.838	58,5%
Suprimento de energia elétrica	7.688	7.677	0,1%	115.271	12.108	852,0%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	35.823	46.419	-22,8%	132.224	137.249	-3,7%
Outras receitas operacionais	200.249	96.975	106,5%	550.329	309.235	78,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	139.933	-	0,0%	511.529	-	0,0%
Deduções da receita operacional	(815.993)	(267.871)	204,6%	(2.248.113)	(833.348)	169,8%
Receita operacional líquida	838.533	630.142	33,1%	2.807.103	1.989.082	41,1%
Custo com energia elétrica	(616.293)	(476.975)	29,2%	(2.103.498)	(1.452.921)	44,8%
Energia comprada para revenda	(518.102)	(456.407)	13,5%	(1.850.038)	(1.351.506)	36,9%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(98.191)	(20.568)	377,4%	(253.460)	(101.415)	149,9%
Despesa operacional	(150.305)	(144.687)	3,9%	(473.049)	(440.367)	7,4%
Pessoal	(36.880)	(31.588)	16,8%	(104.321)	(92.592)	12,7%
Entidade de previdência privada	(2.672)	(1.995)	34,0%	(8.016)	(5.984)	34,0%
Material	(4.353)	(3.441)	26,5%	(11.031)	(11.155)	-1,1%
Serviço de terceiros	(24.417)	(20.511)	19,0%	(70.394)	(62.478)	12,7%
Amortização	(24.158)	(22.860)	5,7%	(72.243)	(67.929)	6,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(35.823)	(46.419)	-22,8%	(132.224)	(137.249)	-3,7%
Outros	(22.003)	(17.874)	23,1%	(74.820)	(62.979)	18,8%
Resultado do serviço	71.935	8.480	748,3%	230.556	95.794	140,7%
Resultado financeiro	28.708	(39.066)	-173,5%	1.535	(70.819)	-102,2%
Receitas financeiras	117.314	17.014	589,5%	208.929	77.275	170,4%
Despesas financeiras	(88.606)	(56.080)	58,0%	(207.395)	(148.095)	40,0%
Resultado antes dos tributos	100.643	(30.586)	-429,1%	232.090	24.975	829,3%
Contribuição social	(9.676)	1.639	-690,5%	(21.789)	(4.600)	373,7%
Imposto de renda	(26.783)	4.717	-667,8%	(60.085)	(12.119)	395,8%
Resultado líquido do período	64.184	(24.230)	-364,9%	150.216	8.256	1719,6%
EBITDA	96.093	31.340	206,6%	302.799	163.723	84,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 3º trimestre de 2015 foi de R\$ 1.654.526, representando um aumento de 84,2% (R\$ 756.512) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 1.618.703, apresentando um aumento de 90,1% (R\$ 767.108) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 70,1% (R\$ 523.891) principalmente pelo aumento de 75,2% na tarifa média, decorrente dos efeitos: (i) reajuste tarifário de 22,43% a partir de outubro de 2014 (ii) Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") de 29,78% a partir de março de 2015, (iii) bandeiras tarifárias a partir de janeiro de 2015. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução no volume de energia vendida em 2,9% (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 106,5% (R\$ 103.274) decorrente basicamente dos aumentos na: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: 166,5% (R\$ 101.791) principalmente em função de reajuste nas tarifas médias praticadas, (ii) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE: 29,6% (R\$ 5.381), (iii) arrendamentos e aluguéis de postes: 13,2% (R\$ 1.548), compensado parcialmente pela redução em (iv) ressarcimento das geradoras que passou a ser classificado em 2015 como redução de custo de energia comprada no valor R\$ 5.232.
- iii. **Ativo e passivo financeiro setorial:** Reconhecimento contábil a partir de dezembro de 2014, dos efeitos líquidos dos ativos e passivos financeiros setoriais no montante de R\$ 139.933.

Comentário do Desempenho

➤ Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias foi menor em 4,4%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 41,5% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos, apresentou uma redução de 5,4% no 3º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se aos impactos dos aumentos tarifários, das campanhas de racionalização no consumo de energia elétrica e desaceleração na massa de renda.

A classe industrial, que representa 23,6% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou queda de 9,2% no 3º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do país que registrou queda de 6,9% (IBGE).

A classe comercial, que representa 23,0% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou um crescimento de 1,6% no 3º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Historicamente esta classe apresentava crescimentos médios de 5%, o atual resultado mais modesto reflete o desempenho da variável econômica de vendas do comércio varejista que apresentou queda de 3,5% (IBGE) no acumulado de janeiro a julho de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias), que representam 11,9% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos, apresentaram redução de 1,9% no 3º trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente o desempenho das classes: poder público, em função da adoção de medidas de eficiência por vários municípios, principalmente no Poder Público Federal e Municipal e serviço público em função da crise hídrica que afeta a região desde 2014.

Em relação à quantidade de energia faturada e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma redução de 5,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma redução de 5,4% na classe residencial, redução de 7,8% na classe industrial, aumento de 2,6% na classe comercial, redução de 0,9% na classe rural e redução de 2,1% nas demais classes.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 3º trimestre de 2015 foram de R\$ 815.993, apresentando um aumento de 204,6% (R\$ 548.122) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função: (i) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE decorrente da nova quota para o exercício de 2015 de R\$ 242.909, (ii) ICMS refletindo o aumento no fornecimento faturado, PIS e COFINS, refletindo o aumento na base de cálculo de R\$ 188.528, (iii) Outros encargos do consumidor - Bandeira tarifária de R\$ 113.624; e (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética de R\$ 1.990.

Custo com Energia Elétrica

No 3º trimestre de 2015 o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 616.293, apresentando um aumento de 29,2% (R\$ 139.318), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Comentário do Desempenho

- **Energia Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 518.102 apresentando um aumento de 13,5% (R\$ 61.695). Desconsiderando o aporte CDE/CCEE (R\$ 81.873) registrado no 3º trimestre de 2014, e o ressarcimento geradoras (R\$ 10.655) que a partir de dezembro de 2014 passou a ser contabilizado no custo de energia, o custo reduziria em 5,7% (R\$ 30.834) em função da redução de 5,8% no preço médio justificada pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado parcialmente pelo aumento de 0,1% no volume de energia comprada.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição foram de R\$ 98.191, apresentando aumento de 377,4% (R\$ 77.623) impactado principalmente pelos aumentos de: (i) R\$ 91.509 nos encargos de serviço do sistema e encargos de energia de reserva basicamente devido ao registro em 2014 dos excedentes financeiros da conta de energia de reserva ("CONER"), compensado parcialmente pela (ii) redução de R\$ 6.937 nos encargos de rede básica e (iii) pelo aumento de R\$ 7.912 no crédito de PIS e COFINS.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 150.305 no 3º trimestre de 2015, apresentando um aumento de 3,9% (R\$ 5.618) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 114.482, aumento de 16,5% (R\$ 16.214).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se as despesas operacionais gerenciáveis, que são representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 90.325 neste trimestre, um aumento de 19,8% (R\$ 14.916) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal:** Aumento de 16,8% (R\$ 5.292), principalmente (i) efeitos do acordo coletivo de trabalho, (ii) aumento no número de empregados e (iii) aumento das despesas com desligamentos;
- Serviços de terceiros:** Aumento de 19,0% (R\$ 3.906), principalmente: (i) R\$ 1.937 manutenção de hardware e software, máquinas e equipamentos e linhas e redes; (ii) R\$ 1.336 recuperação de inadimplência; e (iii) R\$ 379 entrega de contas e cobrança de fatura;
- Outras Despesas Operacionais:** Aumento de 23,1% (R\$ 4.129) principalmente: (i) R\$ 4.712 na provisão para créditos de devedores duvidosos; (ii) R\$ 780 de multas por indicadores que eram classificados no resultado financeiro em 2014; compensado parcialmente por (iii) R\$ 1.496 ganho na alienação e desativação de ativo não circulante.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 28.708, e uma despesa de R\$ 39.066 no mesmo período do exercício anterior, resultando em um aumento de R\$ 67.774, em função:

- **Receitas Financeiras:** aumento de R\$ 100.300 devido principalmente: (i) R\$ 87.456 de ajuste de expectativa de fluxo de caixa (ii) R\$ 12.290 de atualização do ativo e

Comentário do Desempenho

passivo financeiro setorial; (iii) R\$ 6.174 acréscimos e multas moratórias; (iv) R\$ 2.728 parcelamento de débitos; compensado parcialmente pela redução de (v) R\$ 1.778 na atualização de depósitos judiciais e (vi) R\$ 6.091 de PIS e COFINS sobre a receita financeira a partir de julho de 2015.

- **Despesas Financeiras:** aumento de 58,0% (R\$ 32.526), devido principalmente: (i) R\$ 22.280 variação cambial de Itaipu; (ii) R\$ 10.454 em encargos e atualizações monetárias sobre empréstimos, debêntures e derivativos; (iii) R\$ 2.208 na atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; (iv) R\$ 2.298 descontos concedidos; (v) R\$ 1.705 juros sobre mútuos; compensado parcialmente pela redução de (vi) R\$ 6.533 em outras despesas em função da penalidade por insuficiência de lastro em 2014; e (vii) R\$ 399 de multas por indicadores que eram classificados no resultado financeiro em 2014.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de despesa de R\$ 36.459, e uma receita de R\$ 6.356 no mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável de cada período.

Resultado Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 64.184, e um prejuízo líquido de R\$ 24.230 no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Resultado líquido do trimestre, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 96.093, aumento de 206,6% (R\$ 64.753) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os ativos e passivos regulatórios, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), passaram a ser contabilizados a partir de dezembro de 2014. Caso estivessem registrados no 3º trimestre de 2014, teríamos impactos positivos de R\$ 68 milhões no EBITDA e de R\$ 52 milhões no Lucro Líquido.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	214.038	312.352
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	607.173	373.723
Tributos a compensar	7	31.315	24.265
Derivativos	29	164.895	-
Ativo financeiro setorial	8	416.328	115.674
Estoques		1.637	1.661
Outros créditos	11	131.525	146.276
Total do circulante		1.566.912	973.952
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	12.001	12.921
Depósitos judiciais	19	202.273	192.913
Tributos a compensar	7	19.392	20.006
Derivativos	29	271.983	77.947
Ativo financeiro setorial	8	176.568	150.030
Créditos fiscais diferidos	9	54.616	128.378
Ativo financeiro da concessão	10	783.554	589.299
Outros créditos	11	5.977	3.836
Intangível	12	828.691	897.443
Total do não circulante		2.355.054	2.072.773
Total do ativo		3.921.966	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	13	432.967	464.529
Encargos de dívidas	14	6.956	8.199
Encargos de debêntures	15	8.985	25.320
Empréstimos e financiamentos	14	514.708	52.642
Debêntures	15	-	259.914
Entidade de previdência privada	16	4.697	18.469
Taxas regulamentares	17	202.048	7.015
Impostos, taxas e contribuições	18	144.730	107.582
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	160.444	-
Obrigações estimadas com pessoal		19.502	11.186
Outras contas a pagar	20	107.029	104.238
Total do circulante		1.602.067	1.059.094
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	12.364	7.222
Empréstimos e financiamentos	14	1.201.929	867.386
Debêntures	15	344.111	343.970
Entidade de previdência privada	16	8.534	55.370
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	208.277	201.879
Derivativos	29	3.462	1.301
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	-	15.511
Outras contas a pagar	20	26.536	15.305
Total do não circulante		1.805.213	1.507.945
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		178.574	156.610
Reserva de capital		111.255	117.708
Reserva legal		6.220	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		156.698	87.207
Dividendo		-	148.518
Resultado abrangente acumulado		(4.755)	(36.577)
Lucros acumulados		66.694	-
Total do patrimônio líquido		514.686	479.686
Total do passivo e do patrimonio liquido		3.921.966	3.046.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2015		2014	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	838.533	2.807.103	630.142	1.989.082
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(616.293)	(2.103.498)	(476.975)	(1.452.921)
Custo de operação	25	(52.048)	(150.408)	(45.056)	(135.182)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(35.916)	(132.538)	(46.537)	(137.813)
Lucro operacional bruto		134.277	420.659	61.574	263.166
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(28.836)	(86.140)	(22.041)	(72.394)
Despesas gerais e administrativas		(33.609)	(99.153)	(28.826)	(82.985)
Outras despesas operacionais		104	(4.810)	(2.227)	(11.993)
Resultado do serviço		71.935	230.556	8.480	95.794
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		117.314	208.929	17.014	77.275
Despesas financeiras		(88.606)	(207.395)	(56.080)	(148.095)
		28.708	1.535	(39.066)	(70.819)
Lucro antes dos tributos		100.643	232.090	(30.586)	24.975
Contribuição social	9	(9.676)	(21.789)	1.639	(4.600)
Imposto de renda	9	(26.783)	(60.085)	4.717	(12.119)
		(36.459)	(81.875)	6.356	(16.719)
Lucro (prejuízo) líquido do período		64.184	150.216	(24.230)	8.256
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,16	2,71	(0,46)	0,15
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	1,27	2,98	(0,46)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	2015		2014	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) líquido do período	64.184	150.216	(24.230)	8.256
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais	31.822	31.822	-	-
Resultado abrangente do período	96.006	182.038	(24.230)	8.256

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2015
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.610	117.708	6.220	87.207	148.518	(36.577)	-	479.686
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	150.216	150.216
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	31.822	-	31.822
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	6.453	(6.453)	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	69.491	-	-	(69.491)	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	(14.030)	(14.030)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(148.518)	-	-	(148.518)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	-	-	-	-	-	-	15.511
Saldos em 30 de setembro de 2015	178.574	111.255	6.220	156.698	-	(4.755)	66.694	514.686

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2014
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	99.900	124.418	6.220	2.439	75.120	90.735	(14.224)	384.609
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	8.256	8.256
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	6.710	(6.710)	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	5.685	-	(5.685)	-
Movimentação da reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	-	(2.439)	-	-	2.439	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(26.874)	(26.874)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(90.735)	-	(90.735)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2014	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Saldos em 30 de setembro de 2014	156.610	117.708	6.220	-	80.806	-	(14.224)	325.255

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	30/09/2015	30/09/2014
Lucro antes dos tributos	232.090	24.975
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	72.243	67.929
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.190	16.208
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.559	20.175
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	(4.436)	100.907
Despesa (receita) com plano de pensão	8.016	5.984
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	4.873	8.751
PIS e COFINS diferidos	4.749	(11.893)
	379.284	233.036
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(263.355)	(36.842)
Tributos a compensar	2.103	26.253
Depósitos judiciais	4.442	(1.847)
Ativo financeiro setorial	(297.463)	-
Contas a receber - aporte CDE/CCEE	34.658	(58.723)
Outros ativos operacionais	(25.849)	(4.085)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(31.562)	(102.188)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(20.409)	(18.880)
Outros tributos e contribuições sociais	32.746	7.890
Taxas regulamentares	195.033	3.323
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(39.039)	(27.132)
Outros passivos operacionais	22.337	14.862
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(7.074)	35.667
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.856)	(56.504)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(90.242)	(74.519)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(136.172)	(95.356)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(2.801)	402
Venda de ativo não circulante	9.610	6.199
Adições de intangível	(92.362)	(112.349)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(85.553)	(105.748)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	649.809	391.015
Amortização de principal de empréstimos, debêntures e derivativos	(525.524)	(91.768)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(219.819)
Operações de mútuo com a controladora	(874)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	123.411	79.428
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(98.314)	(121.676)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	312.352	351.907
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	214.038	230.231

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014**
(Em milhares de reais)

	<u>9 meses 2015</u>	<u>9 meses 2014</u>
1 - Receita	5.025.657	2.802.255
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.922.992	2.685.180
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	132.224	137.249
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.559)	(20.175)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.617.480)	(1.886.714)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.346.324)	(1.629.320)
2.2 Material	(85.394)	(93.772)
2.3 Serviços de terceiros	(119.043)	(108.847)
2.4 Outros	(66.720)	(54.775)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.408.177	915.541
4 - Retenções	(72.292)	(67.929)
4.1 Amortização	(72.292)	(67.929)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.335.885	847.613
6 - Valor adicionado recebido em transferência	215.020	77.275
6.1 Receitas financeiras	215.020	77.275
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	<u>2.550.906</u>	<u>924.888</u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	100.950	88.722
8.1.1 Remuneração direta	60.857	53.541
8.1.2 Benefícios	34.984	30.535
8.1.3 F.G.T.S	5.109	4.646
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.090.165	676.966
8.2.1 Federais	1.287.453	173.158
8.2.2 Estaduais	801.493	501.796
8.2.3 Municipais	1.218	2.012
8.3 Remuneração de capital de terceiros	209.574	150.944
8.3.1 Juros	206.606	148.640
8.3.2 Aluguéis	2.968	2.304
8.4 Remuneração de capital próprio	150.216	8.256
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	14.030	-
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	-	24.435
8.4.3 Lucros retidos	136.186	(16.179)
	<u>2.550.906</u>	<u>924.888</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,6 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 30 de outubro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas Explicativas

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo

Notas Explicativas

como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estão disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos bancários	4.548	8.327
Aplicações financeiras	<u>209.490</u>	<u>304.025</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.168	19.945
Certificado de depósito bancário (b)	57.081	-
Fundos de investimento (c)	<u>151.241</u>	<u>284.080</u>
Total	<u>214.038</u>	<u>312.352</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média de 101% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 101% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2015	31/12/2014
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	112.005	91.206	17.364	220.575	111.328
Industrial	38.710	25.711	9.806	74.227	37.565
Comercial	46.809	14.274	3.884	64.967	32.523
Rural	1.894	659	66	2.619	1.564
Poder público	10.498	1.583	28	12.109	8.737
Iluminação pública	9.768	4.518	10	14.296	7.853
Serviço público	11.185	1.184	71	12.440	8.324
Faturado	230.869	139.135	31.229	401.233	207.893
Não faturado	194.317	-	-	194.317	159.594
Parcelamento de débito de consumidores	14.283	3.274	6.226	23.783	19.464
Operações realizadas na CCEE	20.277	-	-	20.277	13.848
Concessionárias e permissionárias	7.788	-	-	7.788	1.969
	467.533	142.409	37.455	647.397	402.768
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(40.223)	(29.045)
Total				607.173	373.723
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	6.413	-	-	6.413	5.590
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	14.621	-	-	14.621	13.798
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.620)	(878)
Total				12.001	12.921

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2014	(29.923)	(3.294)	(33.217)
Provisão revertida (constituída)	(44.257)	1.264	(42.993)
Recuperação de receita	13.434	-	13.434
Baixa de contas a receber provisionadas	17.903	-	17.903
Saldo em 30/09/2015	(42.844)	(2.030)	(44.873)
Circulante	(40.223)	(2.030)	(42.253)
Não circulante	(2.620)	-	(2.620)

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.973	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	5.671	517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	552	4.981
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.499	5.128
ICMS a compensar	13.064	11.906
Programa de integração social - PIS	401	325
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.752	1.392
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4.325	-
Outros	78	15
Total	<u>31.315</u>	<u>24.265</u>
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	19.392	20.006
Total	<u>19.392</u>	<u>20.006</u>

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento		Saldo em 30/09/2015
		Constituição	Realização	Atualização monetária	via bandeira tarifária (nota 23.4)	via aporte CCEE	
Parcela "A"							
CVA (*)							
CDE (**)	23.884	115.087	(15.691)	838	-	-	124.117
Custos energia elétrica	350.047	137.472	(176.574)	12.854	(137.501)	(18.189)	168.108
ESS e EER (***)	(120.629)	60.636	44.232	(7.953)	-	-	(23.714)
Proinfa	5.404	(5.185)	(5.032)	(167)	-	-	(4.978)
Rede básica	22.979	45	(9.723)	1.822	-	-	15.123
Repasse de Itaipu	(72.392)	228.454	44.603	8.679	-	-	209.344
Transporte de Itaipu	644	2.580	(166)	151	-	-	3.208
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.033)	6.800	2.563	67	-	-	6.396
Sobrecontratação	148.283	14.211	(21.865)	12.089	-	(58.376)	94.342
Outros componentes financeiros	(89.483)	26.576	62.507	1.350	-	-	950
Total	<u>265.704</u>	<u>586.676</u>	<u>(75.147)</u>	<u>29.729</u>	<u>(137.501)</u>	<u>(76.565)</u>	<u>592.896</u>
Ativo circulante	115.674						416.328
Ativo não circulante	150.030						176.568

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 3.12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Recebimento via aporte da CCEE - A ANEEL divulgou o despacho nº 773 de 27 de março de 2015 que fixou os valores dos recursos da Conta no Ambiente de Contratação Regulada ("conta ACR") repassados a Companhia em março de 2015, referente às competências de novembro e dezembro de 2014.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/09/2015	31/12/2014
Crédito de contribuição social		
Benefício fiscal do ágio incorporado	13.637	14.691
Diferenças temporariamente indedutíveis	(1.311)	15.721
Subtotal	12.326	30.412
Crédito de imposto de renda		
Benefício fiscal do ágio incorporado	46.802	50.417
Diferenças temporariamente indedutíveis	(4.949)	42.363
Subtotal	41.853	92.780
Crédito de PIS e COFINS		
Diferenças temporariamente indedutíveis	437	5.186
Total	54.616	128.378

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme o lucro líquido projetado da Companhia, durante o prazo remanescente da concessão. No período de nove meses de 2015, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,03% (4,18% no período de nove meses de 2014).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/09/2015			31/12/2014		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.214	20.040	-	7.405	20.571	-
Entidade de previdência privada	2.006	5.572	-	1.900	5.277	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.039	11.218	-	2.989	8.304	-
Provisão energia livre	1.446	4.016	-	1.319	3.665	-
Programas de P&D e eficiência energética	2.835	7.874	-	1.985	5.513	-
Provisão relacionada a pessoal	257	713	-	595	1.652	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.435)	(3.986)	-	(1.517)	(4.214)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(21.368)	(59.355)	-	(11.892)	(33.033)	-
Revisão tarifária - rito provisório	386	1.073	437	4.579	12.720	5.186
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	-	3.541	9.835	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.451)	(4.030)	-	(581)	(1.614)	-
Outros	570	278	-	410	(169)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Perdas atuariais (CPC)	649	1.801	-	4.988	13.855	-
Total	(1.311)	(4.949)	437	15.721	42.363	5.186

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	CSLL			
	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	100.643	232.090	(30.586)	24.975
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(539)	(730)	(230)	(743)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.746	22.912	5.067	17.101
Juros sobre o capital próprio	-	(14.030)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	664	1.863	7.541	9.777
Base de cálculo	107.514	242.105	(18.209)	51.109
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(9.676)	(21.789)	1.639	(4.600)
Corrente	(850)	(8.043)	(3.476)	(14.815)
Diferido	(8.826)	(13.747)	5.115	10.216

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	100.643	232.090	(30.586)	24.975
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(539)	(730)	(230)	(743)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.746	22.912	5.067	17.101
Juros sobre o capital próprio	-	(14.030)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	281	98	6.881	7.145
Base de Cálculo	107.131	240.341	(18.868)	48.476
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(26.783)	(60.085)	4.717	(12.119)
Corrente	(2.036)	(21.211)	(9.253)	(39.783)
Diferido	(24.747)	(38.874)	13.970	27.664

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2014	589.299
Adições	84.195
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	109.797
Baixas	262
Saldo em 30/09/2015	783.554

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Adiantamentos - Fundação CESP	1.685	2.133	-	-
Adiantamentos - fornecedores	196	596	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	246	541	5.977	2.487
Ordens em curso	47.867	46.023	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.523	2.950	-	-
Convênios de arrecadação	14.041	9.044	-	-
Despesas antecipadas	10.299	8.605	-	-
Contas a receber Aporte CDE	18.292	52.950	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.030)	(3.294)	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.592	1.979	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.716	3.600	-	-
Faturas diversas	24.633	18.102	-	-
Outros	4.465	3.048	-	1.348
Total	131.525	146.276	5.977	3.836

Contas a receber – Aporte CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 799 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2014); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 17.493 (R\$ 51.002 em 31 de dezembro de 2014) (nota 23).

Em 29 de maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE. A Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber – aporte de CDE e do contas a pagar de CDE (nota 17) em setembro de 2015, tendo em vista que o Recibo de Quitação da Eletrobrás no montante de R\$ 80.051 foi emitido em 25 de setembro de 2015.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2014	833.099	64.344	-	897.443
Custo histórico	1.887.840	64.344	239	1.952.422
Amortização acumulada	(1.054.741)	-	(239)	(1.054.980)
Adições	-	94.147	-	94.147
Amortização	(72.243)	-	-	(72.243)
Transferência - intangíveis	100.574	(100.574)	-	-
Transferência - ativo financeiro	46	(84.242)	-	(84.195)
Baixa e transferência - outros ativos	(6.460)	-	-	(6.460)
Saldo em 30/09/2015	855.017	(26.326)	-	828.691
Custo histórico	1.948.732	(26.326)	239	1.922.644
Amortização acumulada	(1.093.714)	-	(239)	(1.093.953)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para mais detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotados (nota 26).

Notas Explicativas

(13) FORNECEDORES		
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Encargos de serviço do sistema	46.304	-
Suprimento de energia elétrica	302.443	376.555
Encargos de uso da rede elétrica	30.483	22.394
Materiais e serviços	23.774	38.235
Energia livre	29.964	27.344
Total	<u>432.967</u>	<u>464.529</u>

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2015			31/12/2014		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	147	18.062	24.082	183	18.040	37.584
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	47	3.918	16.977	57	3.918	19.915
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	6	561	1.309	8	561	1.730
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	209	14.318	46.534	232	14.301	57.204
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	51	6.865	42.335	60	6.865	47.484
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	3	395	2.436	3	395	2.732
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	216	5.349	58.844	-	-	-
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	70	1.824	27.361	-	-	-
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	39	2.825	31.073	-	-	-
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	31	3.999	13.000	39	4.000	16.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	98,5% do CDI (j)	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia	-	-	-	2.259	4.525	-
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (k)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	12.364	-	44.000	7.222	-	44.000
Outros									
ELETRORBRÁS	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	126	-	-	151	88
Outros				752	-	255	709	-	248
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				13.935	58.242	308.206	10.772	52.756	226.985
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,69% (1)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	151	-	21.249
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	941	129.484	-	1.307	-	83.536
Santander	US\$ + 2,58% (3)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.190	184.504	-	1.553	-	119.032
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,14% (4)	Parcela única em janeiro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.037	-	166.013
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (5)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	250	-	205.860	152	-	132.810
Sumitomo	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (6) (l)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	722	-	205.860	449	-	132.810
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (7)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	910	-	253.708	-	-	-
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (8)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	756	-	257.325	-	-	-
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (9)	Parcela única em abril de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	158	51.465	-	-	-	-
Scotiabank	US\$ + 2,08% (10)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	220	-	67.934	-	-	-
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (11)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	238	102.930	-	-	-	-
Marcação a mercado				-	(11.864)	(95.154)	-	-	(13.451)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				5.385	456.519	895.533	4.649	-	641.999
Gastos com captação (*)				-	(53)	(1.810)	-	(114)	(1.598)
Total				19.320	514.708	1.201.929	15.421	52.642	867.386

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,5% do CDI a.a. (2) 104,9% do CDI a.a. (3) 105,8% do CDI a.a. (4) 102,25% do CDI a.a. (5) 109,5% do CDI a.a. (6) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (7) 103,6% do CDI a.a. (8) 108,6% do CDI a.a. (9) 102,9% do CDI a.a. (10) 103,5% do CDI a.a. (11) 102,5% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
(b) taxa efetiva 45,68% do CDI
(c) taxa efetiva 65,91% do CDI
(d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
(e) taxa efetiva 30,35% do CDI
(f) taxa efetiva 30,65% do CDI
(g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
(h) taxa efetiva 48,39% do CDI
(i) taxa efetiva 122,33% do CDI
(j) taxa efetiva 106,75% do CDI
(k) taxa efetiva 109,47% do CDI
(l) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

Notas Explicativas

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2015, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.357.437 (R\$ 646.648 em 31 de dezembro de 2014).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2015, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas são de R\$ 107.019 (R\$ 13.451 em 31 de dezembro de 2014), que deduzidos das perdas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 87.581 (R\$ 5.703 em 31 de dezembro de 2014), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho líquido de R\$ 19.437 (ganho de R\$ 7.748 em 31 de dezembro de 2014).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2016	17.189
2017	146.508
2018	543.396
2019	383.971
2020	159.746
2021 a 2024	46.273
Subtotal	1.297.084
Marcação a mercado	(95.154)
Total	1.201.929

Adições no período:

Moeda nacional:

FINEM VI – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No período de nove meses de 2015 houve liberações de R\$ 125.153 (R\$ 124.568 líquidos dos gastos de captação) e o saldo remanescente de R\$ 69.709 deverá ser utilizado até março de 2016.

Moeda estrangeira:

No período de nove meses de 2015, a Companhia através de Lei nº 4.131/1962, efetuou as seguintes captações nos montantes de: (i) **Citibank** - R\$ 169.837 e (ii) **Bank of America Merrill Lynch** – R\$ 124.250 com juros que serão pagos trimestralmente (sem condições restritivas) e (ii) **BNP Paribas** – R\$ 175.714 e (iii) **Bank of Nova Scotia** – R\$ 55.440 com juros que serão pagos semestralmente. Os recursos captados pelas dívidas acima foram destinados para alongamento do perfil da dívida e reforço de capital de giro.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Para os empréstimos contratados em 2015, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Notas Explicativas

BNDES - FINEM VI

Manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados anualmente:

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

Moeda estrangeira – Lei. N° 4.131 (BNP Paribas, Citibank e Bank of Nova Scotia)

Manutenção dos seguintes índices financeiros, pela garantidora CPFL Energia, calculados semestralmente:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela controladora naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2015				31/12/2014			
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
3ª Emissão													
Série única	260	107,0% do CDI	108,23% do CDI	Parcela única em abril 2015	Fiança da CPFL Energia	-	-	-	-	7.571	260.000	-	267.571
6ª Emissão													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	3.822	-	110.000	113.822	6.446	-	110.000	116.446
7ª Emissão													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	5.163	-	235.000	240.163	11.304	-	235.000	246.304
Gastos com emissão (*)						-	-	(889)	(889)	-	(86)	(1.030)	(1.116)
Total						8.985	-	344.111	353.096	25.320	259.914	343.970	629.204

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.

Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2017	32.820
2018	91.320
2019	102.596
2020	58.642
2021	58.732
Total	344.111

Condições restritivas

Notas Explicativas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia, através da Fundação CESP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensões para seus empregados.

16.1 – Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 (R1) são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2014	73.383
Despesas (receita) reconhecidas na demonstração do resultado	8.016
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(20.478)
Perda (ganho) atuarial por mudança de premissas financeiras	(48.215)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2015	12.706
Outras contribuições	525
Total	13.231
Circulante	4.697
Não circulante	8.534

Neste trimestre, em função da significativa mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2014, o laudo atuarial foi revisado para a data-base de 30 de setembro de 2015 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados para refletirem o novo laudo.

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

	9 meses 2015	9 meses 2014
Custo do serviço	2.910	2.953
Juros sobre obrigações atuariais	81.999	78.068
Rendimento esperado dos ativos do plano	(76.893)	(75.036)
Total da despesa (receita)	8.016	5.984

Conforme descrito acima, em função das mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, o laudo atuarial foi atualizado para setembro de 2015 e a estimativa da despesa a ser registrada no 4º trimestre de 2015 está apresentada abaixo:

	4º Trimestre 2015 estimado
Custo do serviço	823
Juros sobre obrigações atuariais	28.425
Rendimento esperado dos ativos do plano	(28.519)
Total da despesa (receita)	729

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 30 de setembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram:

	30/09/2015	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,56% a.a.	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	12,56% a.a.	11,46% a.a.	11,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	8,15% a.a.	8,15% a.a.	7,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	TÁBUA MERCER
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	ExpR_2012*	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano

* Experiência FUNCESP, com agravamento uniforme de 15% entre as idade de 30 e 40 anos, sendo nula a partir dos 45 anos.

Notas Explicativas**(17) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	363	363
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	87.622	6.652
Outros encargos do consumidor	114.063	-
Total	<u>202.048</u>	<u>7.015</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2015 no montante de R\$ 78.525 (R\$ 6.652 em 31 de dezembro de 2014) e (ii) quota destinada ao aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 9.097. Devido ao Recibo de Quitação da Eletrobrás, recebido em 25 de setembro de 2015 a Companhia efetuou a baixa de R\$ 80.051 em 30 de setembro de 2015, em contrapartida a outros créditos (nota 11).

Outros encargos do consumidor – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	111.778	86.797
Programa de integração social - PIS	5.235	2.877
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.115	13.250
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	674
Outros	3.603	3.984
Total	<u>144.730</u>	<u>107.582</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Notas Explicativas

	30/09/2015		31/12/2014	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	31.477	14.846	25.425	14.221
Cíveis				
Diversos	39.841	46.176	44.746	46.259
Fiscais				
Imposto de renda	128.611	136.159	120.054	126.126
Outras	5.206	5.092	1.316	6.306
	<u>133.817</u>	<u>141.251</u>	<u>121.370</u>	<u>132.433</u>
Outros	3.142	-	10.338	-
Total	<u><u>208.277</u></u>	<u><u>202.273</u></u>	<u><u>201.879</u></u>	<u><u>192.913</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2015
Trabalhistas	25.425	18.098	(7.836)	(6.441)	2.231	31.477
Cíveis	44.746	18.317	(7.526)	(23.472)	7.776	39.841
Fiscais	121.370	7.398	(43)	(1.460)	6.551	133.817
Outros	10.338	227	-	(7.667)	244	3.142
Total	<u><u>201.879</u></u>	<u><u>44.041</u></u>	<u><u>(15.405)</u></u>	<u><u>(39.039)</u></u>	<u><u>16.802</u></u>	<u><u>208.277</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Perdas possíveis - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2015, estavam assim representadas: (i) trabalhistas de R\$ 71.492 (R\$ 66.075 em 31 de dezembro de 2014) representadas basicamente por acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros, (ii) cíveis de R\$ 60.371 (R\$ 37.236 em 31 de dezembro de 2014), representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária, (iii) fiscais de R\$ 350.731 (R\$ 289.880 em 31 de dezembro 2014), representadas basicamente por INSS, ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social e (iv) questões regulatórias de R\$ 1.326.

Em 14 de agosto de 2015 foi publicada a decisão pelo Tribunal Superior de Justiça (TST), a qual determinou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) deveria ser o fator de atualização dos débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, devendo prevalecer a partir de 30 de junho de 2009. Diante deste cenário, foi ajuizada Reclamação Constitucional com pedido de liminar perante o STF, pleiteando a suspensão de eficácia da decisão proferida

Notas Explicativas

pelo TST. Em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão deferindo a liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST e da tabela única editada pelo CSJT, determinando, ainda, que o TST preste os esclarecimentos necessários. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Consumidores e concessionárias	6.149	6.366	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	57.986	51.051	3.504	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.414	16.516	8.247	785
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	464	377	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	232	189	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	292	399	264	-
Descontos tarifários - CDE	-	1.785	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	695	729	-	-
Folha de pagamento	3.135	2.511	-	-
Participação nos lucros	3.201	7.061	533	533
Convênios de arrecadação (nota 11)	23.798	14.927	-	-
Outros	1.664	2.328	-	-
Total	107.029	104.238	26.536	15.305

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está assim distribuído:

30/09/2015 - Quantidade de ações				
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

31/12/2014 - Quantidade de ações				
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00
Total	29.548.491.328	23.532.767.571	53.081.258.899	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

21.1 - Aumento de Capital

(i) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.453, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio amortizado em 2014, sem emissão de novas ações.

(ii) Através da AGO/E de 28 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 15.511, referente à capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), com emissão de 15.511.281 (quinze milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e oitenta e uma) novas ações ordinárias.

Notas Explicativas

21.2 – Distribuição de dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2015 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2014, através de (i) declaração de dividendo no montante de R\$ 160.234, sendo R\$ 26.874 de dividendo intermediário declarado em junho de 2014 e R\$ 133.360 de dividendo adicional e (ii) declaração de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 17.833.

Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2015, a Administração da Companhia aprovou, em 25 de junho de 2015, a declaração de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 14.030 (R\$ 11.926 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,253022091 (R\$ 0,215068777 líquido de IRRF) e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 0,278324300 (R\$ 0,236575655 líquido de IRRF).

(22) LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

22.1 – Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 foi baseado no lucro (prejuízo) líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos acionistas controladores	64.184	150.216	(24.230)	8.256
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.003	29.557.355	29.548.491	29.526.880
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768	23.532.768	23.532.768
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,16	2,71	(0,46)	0,15
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	1,27	2,98	(0,46)	0,16

Aumento de capital com adiantamento para futuro aumento de capital – A média ponderada das ações ordinárias para o trimestre e no período de nove meses findo em 30 de setembro 2015 apresentados, considera a emissão de ações, com ingresso de recurso financeiro, a partir de 28 de abril de 2015 (data da capitalização e respectiva emissão de ações ordinárias).

Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	571.093	1.727.974	348.423	1.114.876
Industrial	295.465	834.935	180.390	534.437
Comercial	295.824	881.288	169.055	545.924
Rural	10.291	29.275	5.729	17.461
Poderes públicos	30.938	90.511	17.751	55.946
Iluminação pública	30.875	84.726	17.697	51.041
Serviço público	35.748	99.145	20.174	61.081
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(5.094)	(16.539)	(3.951)	(13.104)
Fornecimento faturado	1.265.140	3.731.315	755.269	2.367.662
Fornecimento não faturado (líquido)	5.694	14.548	(8.326)	(3.824)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(440.430)	(1.261.625)	(259.439)	(813.273)
Fornecimento de energia elétrica	830.404	2.484.239	487.504	1.550.564
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	3.366	10.201	2.799	8.815
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(512)	(1.570)	(560)	(1.814)
Energia elétrica de curto prazo	4.322	105.071	4.879	3.294
Suprimento de energia elétrica	7.176	113.701	7.117	10.294
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	440.941	1.263.195	259.999	815.088
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	162.918	442.266	61.127	189.354
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(1.652)	(6.374)	(1.116)	(3.997)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	35.823	132.224	46.419	137.249
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	139.933	511.529	-	-
Aporte CDE	23.579	67.790	18.198	55.607
Outras receitas e rendas	15.404	46.647	18.766	68.269
Outras receitas operacionais	816.946	2.457.277	403.393	1.261.571
Total da receita operacional bruta	1.654.526	5.055.216	898.014	2.822.430
Deduções da receita operacional				
ICMS	(271.956)	(801.222)	(158.695)	(501.528)
PIS	(26.818)	(80.328)	(13.392)	(41.731)
COFINS	(123.526)	(369.998)	(61.685)	(192.218)
ISS	(19)	(62)	(17)	(51)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(262.866)	(634.887)	(19.957)	(53.224)
Programa de P & D e eficiência energética	(7.863)	(25.501)	(5.873)	(18.910)
PROINFA	(8.233)	(25.790)	(8.252)	(25.687)
Outros encargos do consumidor	(113.624)	(307.057)	-	-
Taxa de fiscalização	(1.090)	(3.269)	-	-
	(815.993)	(2.248.113)	(267.871)	(833.348)
Receita operacional líquida	838.533	2.807.103	630.142	1.989.082

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	900	2.960	952	3.038
Industrial	512	1.570	564	1.676
Comercial	499	1.615	491	1.601
Rural	25	79	26	78
Poderes públicos	54	170	54	170
Iluminação pública	81	241	84	241
Serviço público	71	215	73	225
Fornecimento faturado	2.142	6.850	2.243	7.029
Consumo próprio	1	4	1	4
Fornecimento de energia elétrica	2.143	6.854	2.244	7.033
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	28	85	28	86
Energia elétrica de curto prazo	99	427	21	17
Suprimento de energia elétrica	126	512	49	103

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Número de consumidores (*)	30/09/2015	30/09/2014
Classe de consumidores		
Residencial	1.543.619	1.502.500
Industrial	6.602	6.659
Comercial	80.462	80.564
Rural	7.016	6.900
Poderes públicos	8.230	7.973
Iluminação pública	1.948	1.882
Serviço público	1.128	1.091
Total	1.649.005	1.607.569

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE")

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE ficaram vigentes de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015.

Em 23 de outubro de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.810, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 23 de outubro de 2014, na média, em 19,73%, sendo 15,81% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,92% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor, em média, foi de 22,43% de aumento nas tarifas. Adicionalmente a ANEEL através do despacho nº 4.073 de 7 de outubro de 2014, alterou o índice de reajuste tarifário de 2013 de 7,42% para 7,58%, em atendimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia. O efeito financeiro esta contemplado no presente reajuste de 2014.

23.3 – Aporte CDE

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No período de nove meses de 2015, foi registrada receita de R\$ 67.790 (R\$ 55.607 no período de nove meses de 2014), sendo: (i) R\$ 4.762 (R\$ 5.263 no período de nove meses de 2014) referentes à subvenção baixa renda e (ii) R\$ 63.028 (R\$ 50.344 no período de nove meses de 2014) referentes a outros descontos tarifários.

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa ("REN") nº 547/2013, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 2,50 e R\$ 5,50 (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 KWh

Notas Explicativas

consumidos, reajustados por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.859/2015 a partir de 1 de março de 2015. Adicionalmente, partir de 1 de setembro de 2015, conforme REH nº 1.945/2015, o valor da bandeira vermelha foi alterado para R\$ 4,50 para cada 100 KWh consumidos.

No período de nove meses de 2015 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 307.057 de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 137.501 foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 55.525 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 114.031 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE do exercício de 2015. Está inclusa nessa quota parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 (nota 24), que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em cinco anos a partir da RTE de 2015.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	176.786	462.195	78.220	230.263
Energia de curto prazo	(3.143)	85.902	1.434	566.627
PROINFA	14.754	43.057	16.370	48.082
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	382.514	1.447.456	488.778	1.352.500
Aporte CDE/CCEE	-	-	(81.873)	(708.208)
Crédito de PIS e COFINS	(52.809)	(188.571)	(46.521)	(137.757)
Subtotal	518.102	1.850.038	456.407	1.351.506
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	42.088	140.279	49.025	114.817
Encargos de transporte de Itaipu	2.936	8.829	2.373	6.288
Encargos de conexão	3.125	9.384	3.230	8.424
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.558	10.315	3.055	8.719
Encargos de serviço do sistema - ESS	35.489	89.486	(35.018)	(28.881)
Encargos de energia de reserva - EER	21.002	21.002	-	2.388
Aporte CDE/CCEE	-	-	-	(2)
Crédito de PIS e COFINS	(10.008)	(25.835)	(2.096)	(10.337)
Subtotal	98.191	253.460	20.568	101.415
Total	616.293	2.103.498	476.975	1.452.921

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	578	1.719	595	1.760
Energia de curto prazo	(3)	220	2	794
PROINFA	55	168	60	166
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	1.949	6.175	1.920	5.361
Total	2.579	8.282	2.577	8.081

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Aporte CDE/CCEE – Lei nº 12.783/2013, Decretos nº 7.945/2013, 8.203/2014, 8.221/2014, e Despacho nº 3.998/2014

Conforme descrito na nota 24 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Lei nº 12.783/2013, o Decreto nº 7.945/2013 alterado pelo Decreto nº 8.203/2014 e posterior Decreto nº 8.221/2014, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a: risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o exercício de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à: exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas para o período de fevereiro a dezembro de 2014. Em complemento, o Despacho nº 3.998 de 30 de setembro de

Notas Explicativas

2014, incluiu o risco hidrológico das cotas de energia renovada como exposição involuntária, a partir de julho de 2014.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo do serviço prestado a terceiros				Despesa operacional				Total			
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2015		2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Pessoal	22.549	18.933	-	-	5.591	4.721	8.739	7.934	-	-	36.880	31.588
Entidade de previdência privada	2.672	1.995	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	1.995
Material	3.841	3.107	38	39	130	66	345	228	-	-	4.353	3.441
Serviços de terceiros	3.434	3.867	56	80	8.671	6.627	12.256	9.938	-	-	24.417	20.511
Amortização	18.776	17.255	-	-	1.371	2.015	4.011	3.589	-	-	24.158	22.860
Custos com construção da infraestrutura	-	-	35.823	46.419	-	-	-	-	-	-	35.823	46.419
Outros	776	(101)	(1)	(1)	13.074	8.612	8.258	7.137	(104)	2.227	22.003	17.874
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.245	3.225	-	-	-	-	3.245	3.225
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	9.742	5.030	-	-	-	-	9.742	5.030
Arrendamento e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.017	816	-	-	1.017	816
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	402	670	-	-	402	670
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	10.021	4.678	-	-	10.021	4.678
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	302	-	-	75	-	-	-	377
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	814	-	814
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(82)	1.413	(82)	1.413
Outros	776	(101)	(1)	(1)	87	54	(3.182)	898	(21)	-	(2.342)	850
Total	52.048	45.056	35.916	46.537	28.836	22.041	33.609	28.826	(104)	2.227	150.395	144.887

	9 meses											
	Custo do serviço prestado a terceiros				Despesa operacional				Total			
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2015		2014	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Pessoal	64.087	56.659	-	-	15.545	13.381	24.690	22.551	-	-	104.321	92.592
Entidade de previdência privada	8.016	5.984	-	-	-	-	-	-	-	-	8.016	5.984
Material	9.716	10.001	127	177	276	186	912	792	-	-	11.031	11.155
Serviços de terceiros	10.582	10.909	190	389	25.462	22.177	34.151	29.003	-	-	70.354	62.478
Amortização	55.184	51.406	-	-	5.363	6.070	11.696	10.452	-	-	72.243	67.929
Custos com construção da infraestrutura	-	-	132.224	137.249	-	-	-	-	-	-	132.224	137.249
Outros	2.824	222	(2)	(3)	39.494	30.581	27.694	20.186	4.810	11.993	74.820	62.978
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.686	9.394	-	-	-	-	9.686	9.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	29.559	20.175	-	-	-	-	29.559	20.175
Arrendamento e alugueis	-	-	-	-	-	-	2.968	2.297	-	-	2.968	2.297
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	1	1.136	1.592	-	-	1.136	1.593
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	26.608	13.804	-	-	26.608	13.804
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	817	41	275	-	-	41	1.092
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.442	-	2.442
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	4.873	8.751	4.873	8.751
Outros	2.824	222	(2)	(3)	249	194	(3.059)	2.219	(63)	800	(52)	3.432
Total	150.408	135.182	132.538	137.813	86.140	72.394	99.153	82.985	4.810	11.993	473.049	440.367

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.687	14.844	5.645	22.578
Acréscimos e multas moratórias	13.217	32.806	7.043	21.166
Atualização de créditos fiscais	54	649	1.832	1.973
Atualização de depósitos judiciais	4.201	10.693	3.181	9.374
Atualizações monetárias e cambiais	3.892	11.387	303	6.312
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	83.931	109.797	(3.525)	8.993
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	445	1.546	776	2.176
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	12.290	29.729	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(6.091)	(6.091)	-	-
Outros	689	3.570	1.758	4.701
Total	117.314	208.929	17.014	77.275
Despesas				
Encargos de dívidas	(28.498)	(81.625)	(27.094)	(75.899)
Atualizações monetárias e cambiais	(53.945)	(111.719)	(20.123)	(53.766)
(-) Juros capitalizados	457	1.785	578	1.637
Outros	(6.621)	(15.836)	(9.441)	(20.067)
Total	(88.606)	(207.395)	(56.080)	(148.095)
Resultado financeiro	28.708	1.535	(39.066)	(70.819)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,5% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

No período de nove meses de 2015, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 323.386 (perda líquida de R\$ 357 no período de nove meses de 2014) (nota 29).

Notas Explicativas

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM.
- Empréstimos e financiamentos** - Correspondem às captações de recursos junto ao Banco do Brasil, conforme condições descritas na nota 14.
- Outras operações financeiras** - Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.
- Contrato de mútuo** – Refere-se a (i) contratos realizados com a controladora CPFL Energia cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento em setembro de 2016.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes

Notas Explicativas

Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2015 faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, ENERCAN e Foz do Chapecó, que tinham vencimento original de junho a dezembro de 2014.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses de 2015, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.530 (R\$ 1.581 no período de nove meses de 2014). Este valor é composto por R\$ 1.500 (R\$ 1.553 no período de nove meses de 2014) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 30 (R\$ 28 no período de nove meses de 2014) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	9 meses de 2015	9 meses de 2014	9 meses de 2015	9 meses de 2014
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	133	1.109	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	-	-	56.364	58.006	-	-	5.565	4.781
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	333	-	11	-	826	904
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	38	-
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	15.847	1	-	-	7	7	24	1
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirante S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11
TOTVS S.A.	-	-	1	1	-	-	7	10
Lucro na alienação de ativos não circulante								
CCDI 29 Empreendimento Imobiliário Ltda	-	8.500	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	7	11	-	-	269	229
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	243	-	-	-	4.365	-
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	599	562
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	12	12
Caetitá 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	549	515
Caetitá 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	554	520
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	663	622
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	567	532
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	663	622
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	615	577
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	663	613
Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	452	-	-	-	5.295	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	8	7
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	432	419
Rio PCH 1 S.A.	-	-	44	45	-	-	1.203	1.125
SE Narandiba S.A.	-	-	-	-	-	-	31	23
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	91	85	-	-	2.661	2.596

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	9 meses 2015	9 meses 2014	9 meses 2015	9 meses 2014
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	72	113	50	200	-	-	(534)	(513)
Companhia Paulista de Força e Luz	957	519	1.115	630	-	-	714	1.398
Companhia Luz e Força Santa Cruz	92	46	37	6	-	-	(204)	(185)
Companhia Leste Paulista de Energia	9	7	3	2	-	-	(58)	(53)
Companhia Sul Paulista de Energia	23	9	14	5	-	-	(77)	(70)
Companhia Jaguarí de Energia	21	8	14	8	-	-	30	23
Companhia Luz e Força de Mococa	5	5	6	3	-	-	(39)	(36)
Rio Grande Energia S.A.	234	169	56	24	-	-	(1.165)	(1.040)
CPFL Geração de Energia S.A.	317	75	28	27	-	-	(371)	(290)
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	5	3	7	5	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	64	75	-	-	-	-	(555)	(484)
CPFL Renováveis - Consolidado	10	10	-	-	-	-	(10)	(2)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	167	30	69	18	-	-	(213)	(186)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	10	8	4	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda	64	12	63	1	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	10	2	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	11	9	2	1	-	-	(24)	(32)
CPFL Eficiência Energética S.A.	3	-	8	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda	-	-	137	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	189	-	-	614	721
CPFL Renováveis - Consolidado	71	44	-	-	106	106	-	-
CPFL Telecom S.A.	44	87	-	-	512	315	-	-
Adiantamentos - AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	15.511	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S/A	-	-	-	-	-	-	1.128	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	160.444	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	13	-	-	-	79	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	54	-	-	12	24	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	42	-	-	-	1	-	-	-
Companhia Sul Paulista Energia	97	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	31	-	-	12	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	35	-	-	-	5	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	21	-	-	-	26	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	19.708	22.463	775	3.899	27	-	6.784	4.979
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	-	-	534	489	-	-	5.120	4.334
Nect Serviços Administrativos Ltda	-	-	456	118	-	-	7.992	5.614
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	83	148	-	-	668	749
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	3.747	-	-	-	31.870
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.197	1.007	-	-	10.309	8.710
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	33	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	26	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	7	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	4.611	4.765	-	-	41.964	40.528
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	2	2	-	-	21	21
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	8.320	12.177	-	2.116	58.592	71.701
CPFL Centrais Geradoras Ltda	-	-	1	1	-	-	1	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	75	72	-	-	549	541
Campos Novos Energia S.A.	-	-	14.444	28.667	-	-	64.644	62.544
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	3.667	11.241	-	-	33.374	32.232
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	9.174	26.480	-	-	82.103	79.412
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	1.213	1.617	-	-	8.783	8.638
Outras operações financeiras								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	112
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	1.131	592
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	214	541
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	110	267
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	251	612
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	105
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	-	-	-	-	-	-	-	37
Nect Serviços Administrativos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	31
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	5

(28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco:

Notas Explicativas

Compete ao Conselho de Administração da controladora orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia, que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do grupo objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processo de Gestão de Riscos na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração.

Ao Conselho Fiscal da controladora compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar preventivamente e por meio de um sistema de informações adequado, (a) os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, (b) sua probabilidade de materialização e (c) as medidas e os planos adotados.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege o resultado da Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados à indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Notas Explicativas

Embora atualmente as condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional não sejam satisfatórias, a redução da demanda verificada nos últimos meses e a disponibilidade de geração termelétrica torna improvável a necessidade de cortes de carga adicionais.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia, suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Categoria	Mensuração	Nível (*)	30/09/2015		31/12/2014		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 1	141.602	141.602	148.926	148.926
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 2	72.436	72.436	163.427	163.427
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	436.878	436.878	77.947	77.947
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	(b)	(2)	Nível 3	783.554	783.554	589.299	589.299
				1.434.470	1.434.470	979.599	979.599
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14)	(c)	(1)	Nível 2 (***)	379.043	324.513	289.476	254.393
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14) (**)	(a)	(2)	Nível 2	1.356.914	1.356.914	645.973	645.973
Debêntures - principal e encargos (nota 15)	(c)	(1)	Nível 2 (***)	353.096	348.947	629.205	632.206
Derivativos (nota 29)	(a)	(2)	Nível 2	3.462	3.462	1.301	1.301
				2.092.515	2.033.836	1.565.955	1.533.873

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 93.567 nos nove meses de 2015 (perda de R\$ 7.950 nos nove meses de 2014)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para Venda
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - aporte CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênios de arrecadação (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) coligadas, controladas e controladora e (ix) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2015 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses de 2015 são de R\$ 109.797, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia detinha as seguintes operações de derivativos:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador	Vencimento final	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
Scotia Bank	62.563	-	62.563	64.439	(1.875)	dólar	07/2016	64.000	balcão
Santander	78.504	-	78.504	82.174	(3.670)	dólar	07/2016	100.000	balcão
Citibank	70.695	-	70.695	87.754	(17.069)	dólar	03/2019	117.250	balcão
HSDC	39.148	-	39.148	46.537	(7.390)	dólar	04/2018	55.138	balcão
J.P. Morgan	39.186	-	39.186	46.541	(7.355)	dólar	04/2018	55.138	balcão
Citibank	62.391	-	62.391	84.166	(21.776)	dólar	01/2020	169.838	balcão
BNP Paribas	53.220	-	53.220	73.678	(20.458)	dólar	01/2018	175.714	balcão
Bank of America Merrill Lynch	9.297	-	9.297	10.476	(1.180)	dólar	07/2016	40.000	balcão
Bank of America Merrill Lynch	14.532	-	14.532	17.128	(2.597)	dólar	08/2016	84.250	balcão
Scotia Bank	7.354	-	7.354	11.566	(4.212)	dólar	08/2017	55.440	balcão
Subtotal	436.878	-	436.878	524.459	(87.581)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:									
Hedge variação de taxa de juros (1)									
J.P. Morgan	-	(1.022)	(1.022)	(64)	(958)	CDI	07/2019	110.000	balcão
Votorantim	-	(1.410)	(1.410)	(46)	(1.364)	CDI	02/2021	135.000	balcão
Santander	-	(1.030)	(1.030)	(33)	(997)	CDI	02/2021	100.000	balcão
Subtotal	-	(3.462)	(3.462)	(144)	(3.318)				
	436.878	(3.462)	433.416	524.316	(90.899)				
Circulante	164.895	-							
Não circulante	271.983	(3.462)							
Total	436.878	(3.462)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2015		2014	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	(196)	(400)	10	63
Varição cambial	314.052	407.689	50.102	(1.839)
Marcação a mercado	(90.072)	(83.902)	(3.936)	1.418
	223.785	323.386	46.175	(357)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

Notas Explicativas

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2015 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Redução (aumento)	
				Apreciação / depreciação cambial de 25% (c)	Apreciação / depreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.102.819)		(92.353)	206.440	505.233
Derivativos - swap plain vanilla	1.157.747		96.952	(216.722)	(530.397)
	54.928	baixa dólar	4.600	(10.282)	(25.164)
Instrumentos financeiros passivos	(254.618)		(26.410)	(96.667)	(166.924)
Derivativos - swap plain vanilla	236.196		24.499	89.672	154.846
	(18.423)	alta euro	(1.911)	(6.994)	(12.078)
Total do (aumento) redução	36.505		2.689	(17.276)	(37.242)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.09.2015 foi de R\$ 3,97 para o dólar e R\$ 4,43 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,31 e R\$ 4,89 e a depreciação cambial 8,37% e 10,37% do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Em função da exposição cambial líquida do euro ser um passivo, o risco é alta do euro, e o câmbio é depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2015 fosse mantido: e (ii) que os respectivos indexadores acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base (CDI 12,57% a.a. e TJLP 5,75% a.a.), permaneçam os mesmos que os apurados nos últimos 12 meses os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 154.850 (CDI R\$ 145.204 e TJLP R\$ 9.646). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação de índice em 25% (b)	Elevação de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	215.712		6.471	14.868	23.265
Instrumentos financeiros passivos	(410.349)		(12.310)	(28.283)	(44.256)
Derivativos - swap plain vanilla	(960.526)		(28.816)	(66.204)	(103.593)
	(1.155.163)	alta CDI	(34.655)	(79.620)	(124.584)
Instrumentos financeiros passivos	(167.762)	alta TJLP	(1.678)	(4.509)	(7.340)
Total do (aumento) / redução	(1.322.924)		(36.332)	(84.128)	(131.924)

(a) Os índices de CDI e TJLP considerados de 15,57% e 6,75%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses de 2015, um valor de R\$ 1.785 (R\$ 1.637 no período de nove meses 2014) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Revisão tarifária periódica

Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária

Notas Explicativas

Periódica (“RTP”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 21,11% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.

31.2 – Homologação das Bandeiras Tarifárias

Em 6 de outubro de 2015 os Despachos nº 3.386 e 3.387 homologaram o montante de R\$ 37.194 referente aos valores das Bandeiras Tarifárias de julho e agosto de 2015.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Balço Social 2015 / 2014 (*)



Empresa: Companhia Piratininga de Força e Luz

1 - Base de Cálculo	30 de setembro de 2015 Valor (Mil reais)			30 de setembro de 2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.807.103			1.989.082		
Resultado operacional (RO)	232.090			24.975		
Folha de pagamento bruta (FPB)	92.102			79.863		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.740	9,49%	0,31%	7.651	9,58%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	25.901	28,12%	0,92%	22.328	27,96%	1,12%
Previdência privada	3.690	4,01%	0,13%	3.557	4,45%	0,18%
Saúde	4.390	4,77%	0,16%	4.233	5,30%	0,21%
Segurança e saúde no trabalho	160	0,17%	0,01%	269	0,34%	0,01%
Educação	429	0,47%	0,02%	396	0,50%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	772	0,84%	0,03%	726	0,91%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	178	0,19%	0,01%	132	0,17%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	6.254	6,79%	0,22%	6.634	8,31%	0,33%
Outros	275	0,30%	0,01%	235	0,29%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	50.789	55,14%	1,81%	46.161	57,80%	2,32%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3	0,00%	0,00%	40	0,16%	0,00%
Cultura	1.889	0,81%	0,07%	1.445	5,79%	0,07%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	55	0,22%	0,00%
Esporte	184	0,08%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.246	0,54%	0,04%	655	2,62%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	3.322	1,43%	0,12%	2.195	8,79%	0,11%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.071.755	892,65%	73,80%	660.522	2644,73%	33,21%
Total - Indicadores sociais externos	2.075.077	894,08%	73,92%	662.717	2653,52%	33,32%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.906	1,25%	0,10%	1.674	6,70%	0,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	7.567	3,26%	0,27%	8.766	35,10%	0,44%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.473	4,51%	0,37%	10.440	41,80%	0,52%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	30 de setembro de 2015			30 de setembro de 2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.238			1.114		
Nº de admissões durante o período	177			111		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	31			26		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	339			350		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	239			230		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,90%			9,38%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	272			218		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,23%			3,13%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	61			51		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	30 de setembro de 2015			30 de setembro de 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,81			29,70		
Número total de acidentes de trabalho	0			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) +Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	247.968	313	1.281	261.536	233	829
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	100%	3,0%	100%	100%	31,85%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	30/Set/2015 2.550.906			30/Set/2014 924.888		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	8,19% governo 4% colaboradores(as) 0,6% acionistas 8,2% terceiros 5,3% retido			73,2% governo 9,6% colaboradores(as) 2,6% acionistas 16,3% terceiros -17% retido		
7 - Outras Informações	Responsável pelo Preenchimento: Sérgio Luis Felice, fone (19) 3756-8018, sifelice@cpfl.com.br					
(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes						

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Piratininga de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Terceiro Trimestre de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 30 de outubro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Christian Canezin

Contador

CRC nº 1 SP 237470/O-9

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.